

Análise do potencial turístico nas regiões administrativas (RAs) de Campo Grande e Guaratiba zona oeste do Município do Rio de Janeiro (Brasil)*

Vivian Castilho da Costa**

Recibido: 20 de enero de 2003

Josilda Rodrigues da Silva de Moura***

Aceptado en versión final: 2 de septiembre de 2003

Resumo. O presente trabalho é uma síntese da dissertação de mestrado desenvolvida em duas Regiões Administrativas (RAs) da zona oeste do Município do Rio de Janeiro, quais sejam: RA de Campo Grande e RA de Guaratiba. Seus principais objetivos foram: avaliar o desenvolvimento e o potencial das atividades turísticas presentes nessas duas RAs, utilizando-se técnicas de geoprocessamento; e propor diretrizes gerais para sua implementação. A análise dos principais resultados foi feita de maneira individualizada, considerando que são RAs com realidades distintas, apesar de serem geograficamente contíguas.

Neste processo, ficou explícita a necessidade, a curto prazo, de maior planejamento municipal e estadual na distribuição e caracterização do espaço reservado à expansão urbana. A avaliação do potencial turístico também veio mostrar diferenças significativas entre os processos de ocupação dessas duas RAs, além da natureza das atividades a serem implementadas de forma a aproveitar todo esse potencial.

Palavras-chave: Potencial turístico, qualidade de vida urbana, geoprocessamento.

Resumen. Este trabajo es una síntesis de la disertación del posgrado desarrollada en dos Áreas Administrativas (RAs) de la zona oeste de la Municipalidad de Río de Janeiro que son: RA de Campo Grande y RA de Guaratiba. Sus objetivos principales fueron: evaluar el desarrollo y el potencial de las actividades turísticas presentes en esas dos RAs, usándose las técnicas del geoprosesamiento; y proponer las pautas generales para su aplicación. El análisis de los resultados principales fue hecho de una manera individualizada, considerando que se trata de RAs con realidades distintas, a pesar de su proximidad geográfica.

En este proceso, era evidente la necesidad, a corto plazo, de mayor planificación municipal y estatal en la distribución y caracterización del espacio reservado a la expansión urbana. La evaluación del potencial turístico también vino a mostrar las diferencias significantes entre los procesos de ocupación de esos dos RAs, además de la naturaleza de las actividades a ser implementadas a fin de aprovechar todo ese potencial.

Palabras clave: Potencial turístico, calidad de vida urbana, geoprosesamiento.

Analysis of the tourism potential in the Campo Grande and Guaratiba Administrative Regions (ARs), west Rio de Janeiro's Municipality (Brazil)*

Abstract This work summarizes the study conducted in two Administrative Regions (ARs) of west Rio de Janeiro's Municipality, namely: Campo Grande AR and Garatiba AR. The main objectives were: assess the development and potential of tourism activities in these two ARs through the use of geo-processing techniques, and propose general guidelines for application. The analysis of key findings was carried out separately for each AR, as they represent areas facing different realities despite their geographic proximity.

This process revealed the short-term need of better municipal and state planning in relation of the distribution and characterization of spaces reserved for urban expansion. The assessment of tourism potential also showed significant differences in occupation processes between these two ARs, as well as in the nature of the activities required to make an optimum use of this potential.

Key words: Tourism potential, urban-life quality, geoprocessing.

*Estudo baseado na dissertação de mestrado, defendida em março de 2002, em consonância com o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. E-mail: viviancosta@bol.com.br

***Dept. de Geografia - UFRJ, Núcleo de Estudos do Quaternário e Tecnógeno (NEQUAT) e do Grupo de Estudos Ambientais da Zona Oeste (GEOESTE), Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A cidade do Rio de Janeiro, nos últimos anos, tem apresentado sua expansão populacional em direção à zona oeste e o aumento das construções irregulares é bastante alto, estimulando um maior crescimento em direção às suas antigas áreas rurais.

Mesmo com todas as imposições do quadro físico, conhecidas por parte daqueles que residem na cidade do Rio de Janeiro, e as restrições impostas pela legislação de uso e ocupação do solo, a população não parou de crescer e de avançar em direção às áreas consideradas impróprias à ocupação, principalmente nos maciços montanhosos, que ainda guardam remanescentes de Mata Atlântica.

Paralelamente ao avanço das ocupações residenciais, industriais e de serviços que se expandem -muitas delas incompatíveis com a real vocação da região, que seria a de um pólo agrícola- a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, vem apresentando, também, potencial para outras atividades, dentre elas o turismo, nas áreas de baixadas e o ecoturismo, nas áreas legalmente protegidas dos maciços litorâneos.

As áreas estudadas perfazem duas, das cinco Regiões Administrativas da zona oeste, inseridas na Área de Planejamento¹ (AP) 5 e definidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, quais sejam: a XVIII RA de Campo Grande, com 5 (cinco) bairros e a XXVI RA de Guaratiba, com 3 (três) bairros (Figura 1). Toda a área se localiza entre as coordenada de 22° 47' e 23° 05' S e 43° 27' e 43° 42' W.

Fisiograficamente, compreende dois importantes domínios: a baixada e os maciços residuais. O primeiro, é representado pelas baixadas de Campo Grande e Guaratiba. Estas são formadas pelas planícies aluvionar

e litorânea, como respostas à ação dos agentes fluviais e marinhos. O segundo domínio é representado pelos maciços residuais da Pedra Branca e Gericinó-Mendanha. Estes, juntamente com o maciço da Tijuca, compõem as principais unidades de relevo da cidade do Rio de Janeiro.

Sendo constituída de grande beleza natural (paisagem exuberante, com rios, manguezais, mata, praias, restingas, etc.) e com a presença de Unidades de Conservação, a exemplo do Parque Estadual da Pedra Branca e do Parque Municipal Gericinó-Mendanha, a zona oeste (região menos favorecida por planejamentos urbanos mais efetivos do município) deve ser utilizada de forma racional, procurando explorar, de maneira correta, suas potencialidades. No entanto, no entorno, abrem-se baixadas com forte pressão antrópica e variadas condições sociais, muitas vezes contrastantes, alternando-se processos de favelização com loteamentos de alto luxo, como reflexo de urbanizações descontroladas. Complementando este quadro, a zona oeste apresenta um forte potencial agro-silvi-pastoril, traduzido pela presença de sítios transformados em floriculturas, criação de gado e cavalos de raça, aviários, apiculturas, entre outras atividades ligadas, ainda, ao ambiente rural.

Paralelamente ao avanço da ocupação (função residencial), com expansão das atividades industriais e de serviços -muitas delas incompatíveis com a real vocação da região, que seria a de um pólo agrícola- a zona oeste vem apresentando, também, potencial para outras atividades, dentre elas o turismo e lazer nas áreas de baixada e o ecoturismo, particularmente em suas Unidades de Conservação. Apresentam paisagem harmônica e muito favorável as atividades de esporte, lazer, culturais e turísticos. Apesar disso, vem sofrendo com processos de degradação e poluição por parte da ocupação descontrolada e sem planejamento.

Portanto, o turismo e suas várias modalidades já desenvolvidas e a serem implementadas de forma sustentável, não devem trazer em seu bojo a (re)apropriação do espaço local, onde as valorizações urbanas e rurais sigam somente às normas da globalização, garantindo a sua reprodução. Apesar do acirramento das contradições sócio-espaciais como, por exemplo, a favelização e a segregação urbana, é explícita a necessidade de planejamento municipal e estadual, de distribuição igualitária e caracterização dos terrenos (atualmente vinculada a fortes interesses imobiliários, principalmen-

te nessa região em franca expansão) numa das maiores metrópoles do Brasil.

A idéia central da presente investigação é fazer com que o turismo beneficie, materialmente e culturalmente, as comunidades pertencentes às RA's de Campo Grande e Guaratiba, pois somente servindo de fonte de renda alternativa é que estas, tornar-se-ão aliadas de ações conservacionistas na área em questão, dentro de critérios de mínimo impacto, de modo a ser uma ferramenta de proteção e conservação ambiental e cultural.

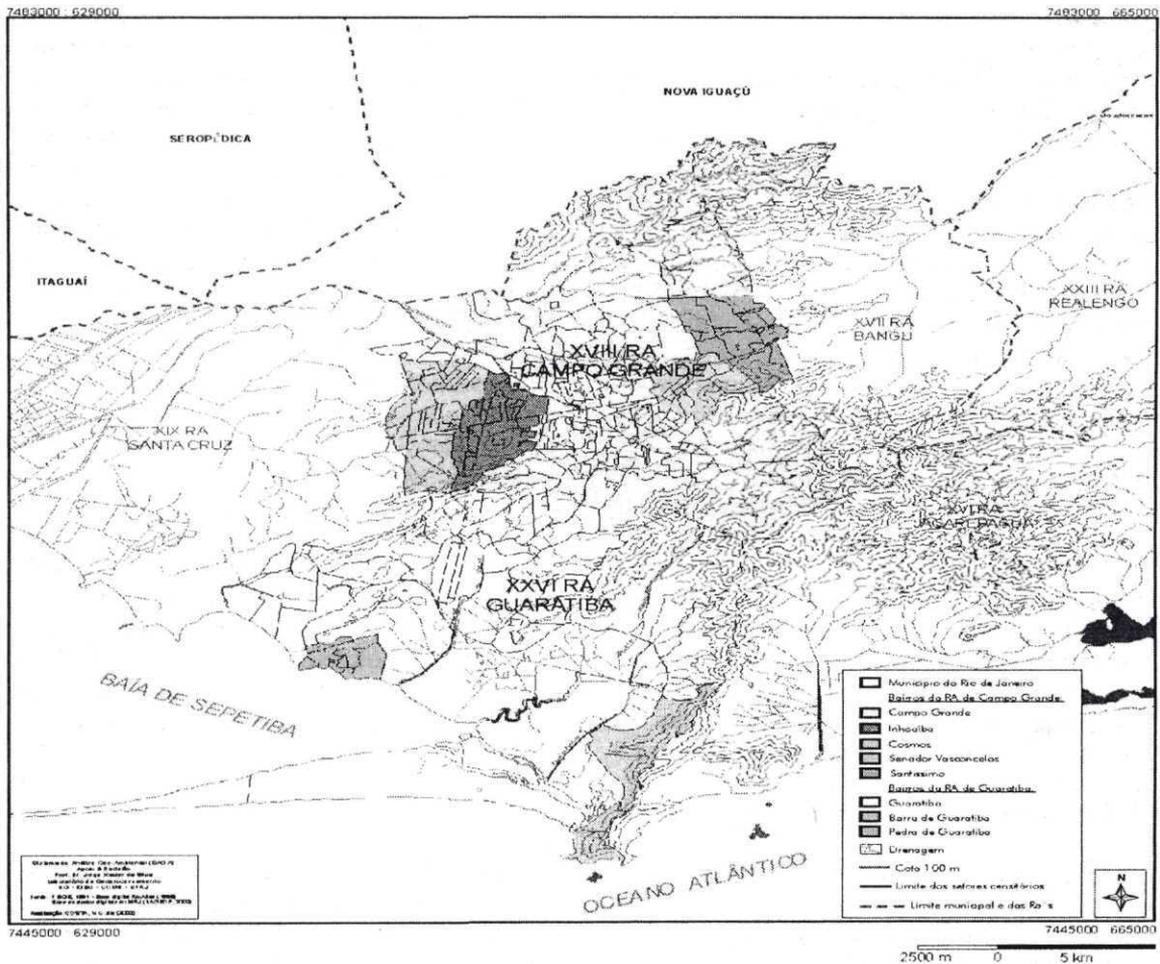


Figura 1. Localização da área de estudo (fonte: Costa, 2002).

Assim sendo, teve por objetivos avaliar o desenvolvimento e o potencial das atividades turísticas e suas prováveis consequências, especialmente no que concerne aos impactos sócio-ambientais a serem provocados pela especulação imobiliária, que vêm se processando nas RA's de Campo Grande e Guaratiba e Unidades de Conservação próximas, a exemplo do Parque Estadual da Pedra Branca e do Parque Municipal do Gericinó-Mendanha.

O governo tem atuado com cautela e pouco arrojo no sentido de gerar meios financeiros para dar sustentação à proteção das áreas de preservação ambiental, sem beneficiar as populações do seu entorno, que acabam por não interagir com a conservação e com o uso público do local onde residem, aproveitando as potencialidades para turismo e lazer de modo a propiciar a prática de novos relacionamentos do homem com a natureza. Daí a importância do tema desenvolvido, pois será mostrado ao longo do trabalho que as atividades ecoturísticas nas UCs da zona oeste ainda são possíveis. Apesar dos desmatamentos, queimadas, ocupações irregulares, etc, ainda existem áreas preservadas, onde o turismo pode beneficiar, materialmente e culturalmente, as comunidades dessa região. Ele servirá de fonte de renda alternativa para a população local e esta, tornar-se-á aliada de ações conservacionistas na área em questão, dentro de critérios de mínimo impacto, de modo a ser uma ferramenta de proteção e conservação ambiental e cultural, além de importantes iniciativas de educação ambiental que promoverão a conscientização entre esses agentes.

Destacam-se como *objetivos específicos*:

- a) Avaliar as características geoambientais da área em estudo, enfocando os aspectos da qualidade de vida da população residente, como subsídio à definição da potencia-

- lidade para o turismo;
- b) Utilizar ferramentas de geoprocessamento, basicamente SGI, como suporte à avaliação do potencial turístico da região;
- c) Gerar mapeamentos temáticos digitais, tais como: mapas geoambientais turísticos e geoeconômicos urbanos que demonstrem a realidade físico-ambiental, a qualidade de vida urbana, associadas a uma classificação das principais atratividades turísticas e seu potencial. O detalhamento dos locais no mapa de atratividades turísticas beneficiará um maior controle e divulgação de-ssas atividades na área em estudo.
- d) Propor algumas medidas (diretrizes gerais) direcionadas ao real aproveitamento da potencialidade turística identificada, dentro da ótica de planejamento participativo e desenvolvimento sustentável.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho baseou-se em metodologia que aplicou análise de dados geostatísticos, através da interpretação da base de dados sobre o Censo da População do Município do Rio de Janeiro (1991), distribuída por setores censitários, e fornecida pelo órgão governamental IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A partir dos indicadores do Censo, foram feitos cálculos para avaliar o índice de qualidade de vida urbana (piores e melhores índices de abastecimento de água, esgoto, número e tipo de moradia ou domicílio, renda dos chefes de família e oportunidade educacional). Esses dados ainda foram comparados com a realidade local, através de trabalhos de campo realizados nas áreas de estudo, e com base na atualização dos dados do Censo do IBGE de 2000, sobre os bairros que compõem esse mesmo município.

Por fim, tais informações foram espacializadas, através de técnicas de geoprocessamento, mais especificamente, de Sistema Geográfico de Informação (SGI), onde foram feitas análises ambientais que proporcionaram um estudo sobre a atual tendência e potencial das áreas para atividades turísticas. As análises dos problemas concernentes à falta de infraestrutura básica para o desenvolvimento de tais atividades, assim como a perda da qualidade de vida que as comunidades de baixa renda, que moram nesses locais, apresentam, também serviram de parâmetros sócio-econômicos sobre a população das duas RAs estudadas, no que foi chamado de Índice de Qualidade Urbana (IQU). O IQU foi, posteriormente, cruzado com parâmetros ambientais e da própria estrutura existente de atividades turísticas já desenvolvidas na região.

A metodologia, portanto, apresentou as seguintes etapas:

A) Aplicação do cálculo do Índice de Qualidade Urbana (IQU)

No presente trabalho, foram utilizadas algumas metodologias de cálculo que serviram de base para a realização do *Índice de Qualidade Urbana (IQU) das RA's de Campo Grande e Guaratiba*. Para tal, foram comparadas as metodologias de cálculo do Relatório do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Município do Rio de Janeiro -IDH-M, da Coordenação de Informações da Cidade- CIC/SMU, através do *Índice das Regiões Administrativas*, que englobava os dados da cidade como um todo, incluindo favelas e a pesquisa da qualidade de vida urbana nas favelas do Rio de Janeiro, realizada pelo IPLANRIO (atual Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP) em 1997.

Para o IQU das RAs de Campo Grande e Guaratiba, foram consideradas, não somente

as Regiões Administrativas e seus respectivos bairros, como também todas as formas de ocupações urbanas de cada setor censitário pertencente as duas RA's, utilizando-se o Censo Demográfico de 1991 da IBGE e o cálculo de seus indicadores.² Não foram utilizados os indicadores da "Contagem da População de 1996", por não conter os dados completos para o cálculo do índice de renda. Com relação ao Censo Demográfico de 2000, o acesso à informação dos setores censitários, ainda não estava disponível, sendo possível apenas considerar os dados dos indicadores dos bairros de cada Região Administrativa. A metodologia para o seu cálculo também utilizou 11 variáveis do Censo Demográfico da IBGE de 1991, que foram agrupadas e calculadas.

Foram utilizados os seguintes índices para o cálculo: *Índice Ambiental* (percentagem dos domicílios com serviço de abastecimento de água, de esgoto e de coleta de lixo inadequados), *Índice Habitacional* (número médio de pessoas e de cômodos por domicílio), *Índice Educacional* (percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos, dos chefes de domicílio com menos de 4 e com 15 ou mais anos de estudo), e *Índice de Renda* (rendimento médio dos chefes de domicílio, em salários mínimos, percentagem dos chefes de domicílios com renda até dois s.m. e dos chefes de domicílios com rendimento igual ou superior a 10 s.m.).

B) Elaboração de mapas digitais temáticos

Foram elaborados mapas digitais temáticos das áreas em estudo. Foram utilizadas como ferramentas de geoprocessamento, os softwares SAGA³ (Sistema de Análise Geambiental) módulos em DOS e Windows; e ArcView GIS 3.2, que definiram a resolução em que os dados foram trabalhados (na presente investigação, foi de pixels de 25m X 25m), enquadrando-os no formato *raster* (RST). O tamanho da área trabalhada (136

800 ha), para aquela resolução, gerou um módulo de 1 440 x 1 520 pixels. Posteriormente, após a identificação das feições e a realização do Banco de Dados Digitais (BDD), foi utilizado o módulo denominado *ANÁLISE AMBIENTAL* do software de SGI *Vista SAGA Windows*, onde foram realizadas duas, das três funções básicas deste módulo, quais sejam: Assinaturas e Avaliações Ambientais Diretas e Complexas.

Foram confeccionados 5 (cinco) mapas digitais temáticos dos condicionantes geo-físico-ambientais e turísticos (uso e cobertura vegetal, declividade, hipsometria, atrativos turísticos e de lazer e proximidade de rede viária), além dos 4 (quatro) mapas dos condicionantes geo-econômicos urbanos (ambiental, habitacional, educacional e renda) de cada RA (Figura 2), que serviram de base para a realização das avaliações ambientais definidas e traduzidas espacialmente em mapas analíticos, resultando nas áreas potenciais turísticas.

C) Avaliações ambientais

As avaliações ambientais têm por objetivo a delimitação de áreas com condições específicas para determinada utilização, envolvendo situações de riscos e potenciais (Xavier da Silva, 2001). Toma como base características ambientais contidas na base de dados georreferenciada, previamente inventariada, e em situações cujo comportamento seja, à priori, conhecido. No presente trabalho foi considerada a avaliação de áreas potenciais ao turismo.

No processo de avaliação ambiental, a participação de cada mapa é ponderada pela utilização de pesos, de acordo com sua participação (importância) relativa ao evento que se quer analisar, admitindo-se que o conjunto de mapas totaliza 100% de responsabilidade. As classes presentes em cada mapa podem receber notas de 1 a 10 ou de

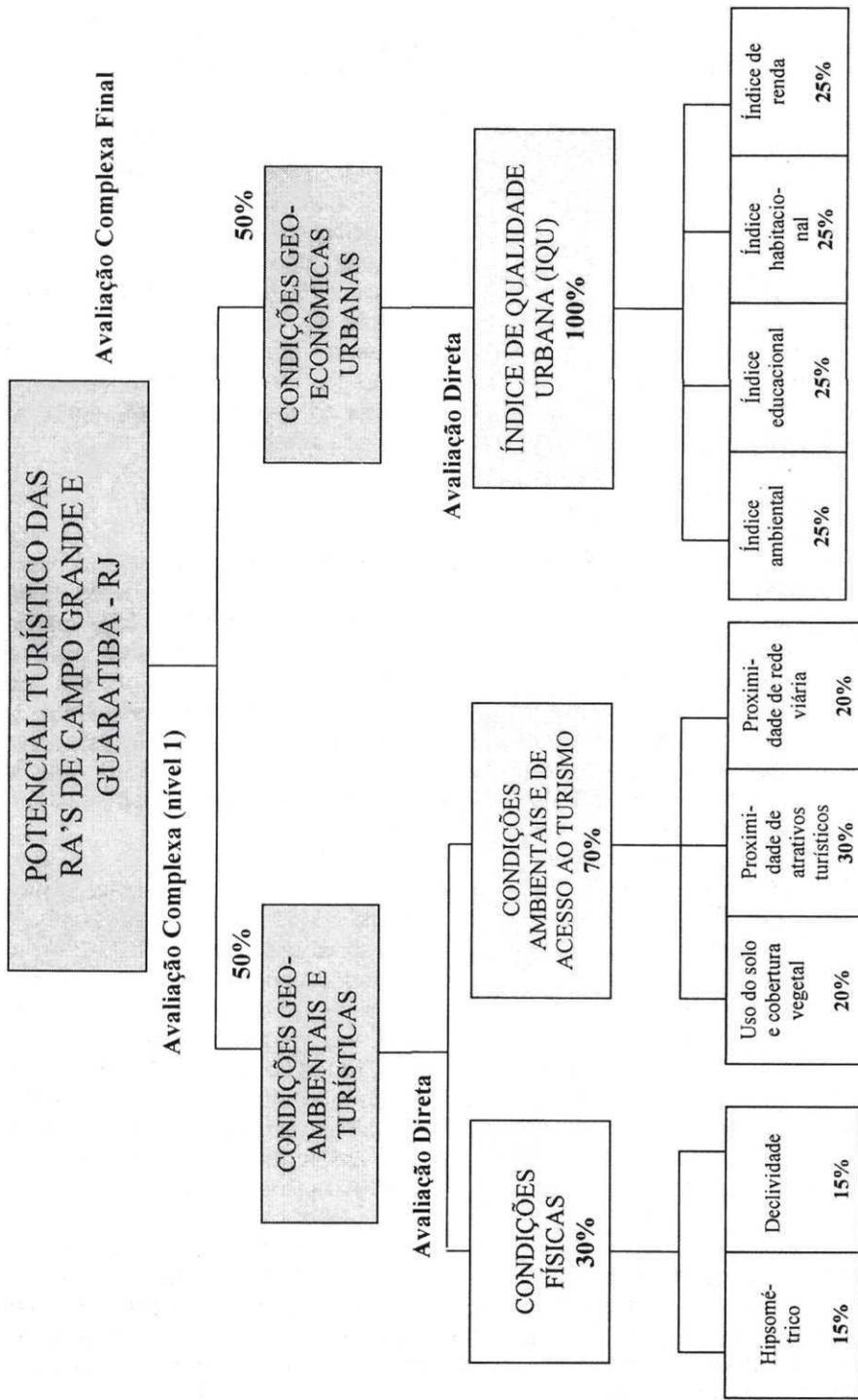
10 a 100, de acordo com a possibilidade de associação da classe com a ocorrência do fenômeno estudado. O produto final é um mapa que expressa níveis similares de risco ou potencial, para a ocorrência do fenômeno estudado. No presente estudo, foram utilizadas as duas escalas de notas.

Tornou-se necessária, também, a utilização de um cálculo estatístico para agrupamento de classes, na forma contínua, sem superposição de intervalos, dos mapas de IQU (condições geoeconômicas). Para tal classificação, utilizou-se a fórmula de *Sturges*, que dá uma estimativa do número de classes (k) a ser utilizada (Gerardi y Silva, 1981).

Quanto às avaliações complexas, foram desenvolvidas análises entre o produto das avaliações diretas (condições físicas, ambientais e de acesso ao turismo) e as condições geoeconômicas urbanas dos IQU's, tendo como resultante final (avaliação complexa) o mapa de potencial turístico das duas RA's analisadas (Figura 2).

RESULTADOS ALCANÇADOS

Uma outra questão importante desta investigação, foi a de propor uma metodologia que considere os fenômenos espaciais do turismo dentro de uma proposta de avaliação das transformações que ocorrem no ambiente, principalmente no espaço urbano e das áreas com remanescentes florestais, fazendo uso de ferramentas de geoprocessamento, em particular dos Sistemas Geográficos de Informação (SIGs) para obtenção de uma visão sistêmica da realidade: no presente caso, análise das potencialidades da área em estudo para o turismo. Portanto, a análise resultante apresentou o mapeamento não só dos condicionantes geoeconômicos das áreas para um planejamento urbanístico, mas as que apresentam uma maior tendência ao desenvolvimento do planejamento turístico, além do incremento de novos



Mapas Temáticos

Mapas por Setores Censitários

Obs.: Esta figura baseou-se na "Árvore de apoio à decisão", conforme metodologia de Xavier da Silva, 2001.

Figura 2. Dendograma representativo das análises desenvolvidas nas áreas de estudo (fonte: Costa, 2002).

espaços a serem (re)construídos em prol do melhor atendimento das várias modalidades turísticas.

Condições geoeconômicas urbanas (IQU) das duas RAS (Figura 3)

a) XVIII R.A. de Campo Grande

Observou-se que as condições geoeconômicas urbanas da RA de Campo Grande apresentam maiores índices de IQU (muito-alto e altíssimo), distribuídos pelos setores censitários inseridos no centro comercial do bairro de Campo Grande (Quadro 1). Muitos desses setores encontram-se próximos da linha férrea e da rodoviária, locais de acesso principal dos moradores e dos que trabalham no comércio local. O bairro de Campo Grande concentra, nesses locais, uma enorme variedade de atividades ligadas ao setor terciário, que atende não só aos moradores da região, mas de várias localidades próximas e bairros vizinhos. Contudo, ocorrem baixas condições ambientais dos setores censitários, conjugando-se à falta de ocupação humana, o que acarreta um baixo IQU nesses locais. Também ocorreram notas muito baixas de IQU nas áreas próximas aos maciços do Gericinó-Mendanha e Pedra Branca, pois nestes locais a ocupação é rarefeita (grandes vazios urbanos), devido a suas condições de áreas protegidas. Mas, esse índice também reflete a falta de infraestrutura, pois existe uma concentração maior de loteamentos irregulares e favelas, que estão tomando as áreas anteriormente ocupadas por atividades agrícolas e promovendo um avanço da pressão antrópica próximas à essas Unidades de Conservação.

Com relação às notas um pouco mais altas (médio-alto e alto), isso se deve a uma maior renda e saneamento básico trazidos pela presença de alguns distritos industriais, principalmente no bairro de Inhoaíba,⁵ tais como

o pólo da Ishibrás e a Indústria da Brahma, além da presença de Shopping Center (West Shopping) no bairro de Campo Grande. Estes locais são mais bem servidos de saneamento básico e de vias principais de acesso (Av. Brasil e linha férrea), além de serviços públicos mais variados. Porém, os serviços públicos e de infraestrutura, nas últimas décadas, não vem atendendo a população existente e acompanhando o acelerado processo de ocupação da Zona oeste. Existem ainda graves problemas: a maior parte do esgoto, é jogada em valas e nos rios, facilitando as inundações em grande parte dos locais habitados.

b) XXVI R.A. de Guaratiba

Observou-se que as notas mais baixas (de 14 a 24), em conjunto com as notas de baixo grau de contribuição (de 25 a 35), aparecem com um percentual significativo na região (mais de 70%; Quadro 2. Essas notas distribuem-se nos setores censitários com problemas mais graves de infraestrutura urbana, tais como: os loteamentos ("Jardins" e "Vilas") e favelas próximas. Todos se situam no bairro de Guaratiba.

No caso das notas de médio-baixo e médio-alto grau de contribuição (notas de 36 a 57), destacam-se áreas com um IQU um pouco mais elevado, por estarem associadas às áreas com alguma infraestrutura sanitária, apesar de serem ocupadas por comunidades de baixa renda e comunidades próximas às vias de acesso principais do bairro de Guaratiba. Tais ocupações estão muito próximas de áreas de preservação ambiental, como a APA da Praia da Brisa.

A ocupação de forma desordenada (além de favelas e loteamentos irregulares, há um aumento de casas de veraneio e de restaurantes de frutos do mar) vem contribuindo, portanto, para os problemas ambientais relacionados à má distribuição da rede de

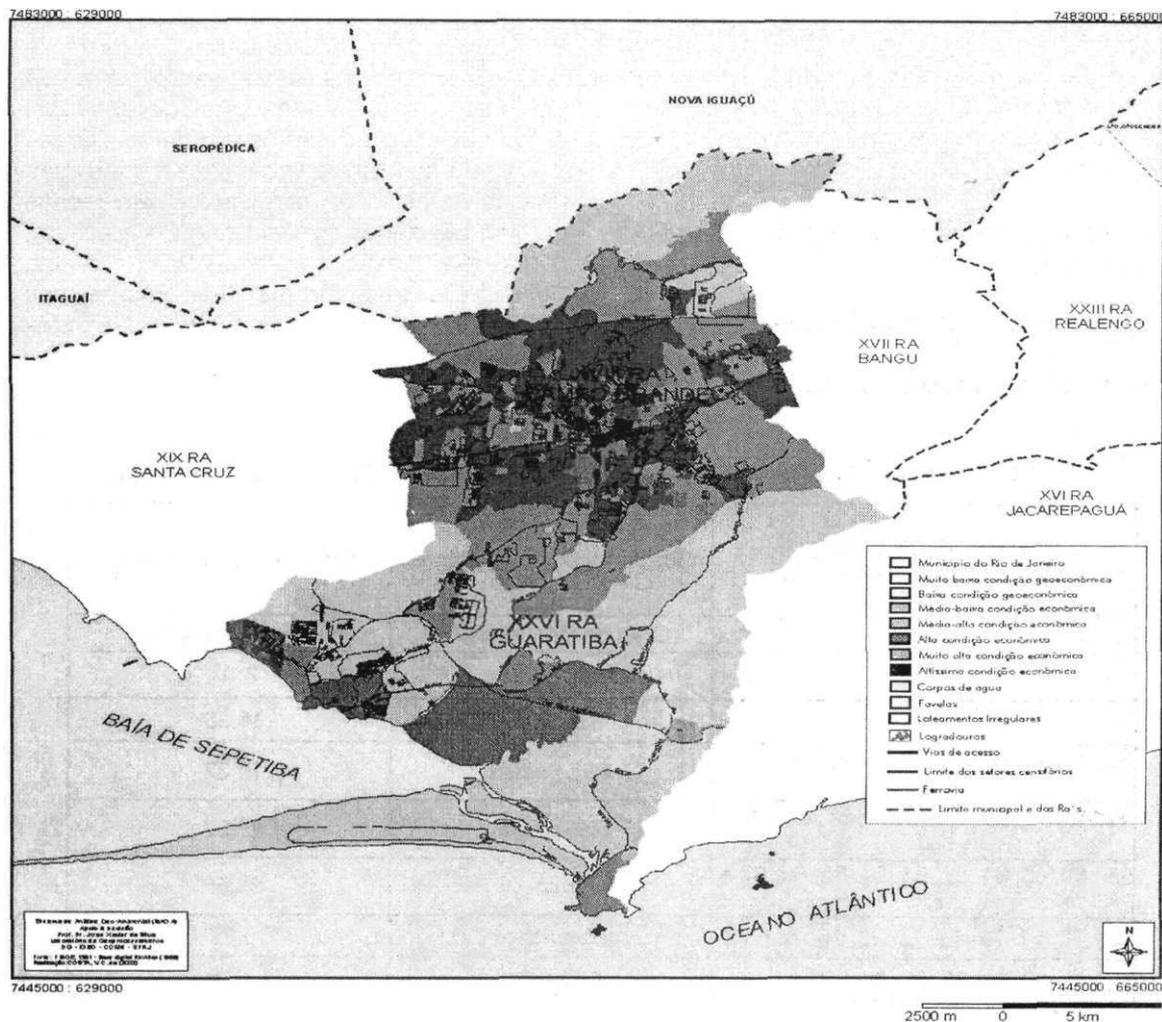


Figura 3. Condições geoeconômicas urbanas (IQU) das RA'S de Campo Grande e Guaratiba-RJ.

constantes riscos de inundações. A degradação da cobertura vegetal na sub-bacia do Rio Portinho, especialmente nas cabeceiras de drenagem, tende a propiciar o aumento das taxas de erosão e assoreamento a jusante. Como resultado dessa situação, observa-se, constantemente, a remoção das dunas litorâneas, devastação dos manguezais, destruição do manto superficial dos solos marinhos, lançamento de dejetos orgânicos e inorgânicos nos cursos fluviais, nas

lagoas e nas praias.

As notas alta (nota 66) e altíssima (nota 81), correspondem a áreas mais bem equipadas com saneamento básico, próximas a estabelecimentos comerciais e a transportes, facilitando um índice elevado de IQU. É o caso do subcentro de Pedra de Guaratiba e do Centro de Treinamento do Exército (CETex), respectivamente. Há que se atentar para o fato de que a franja costeira de Guaratiba é

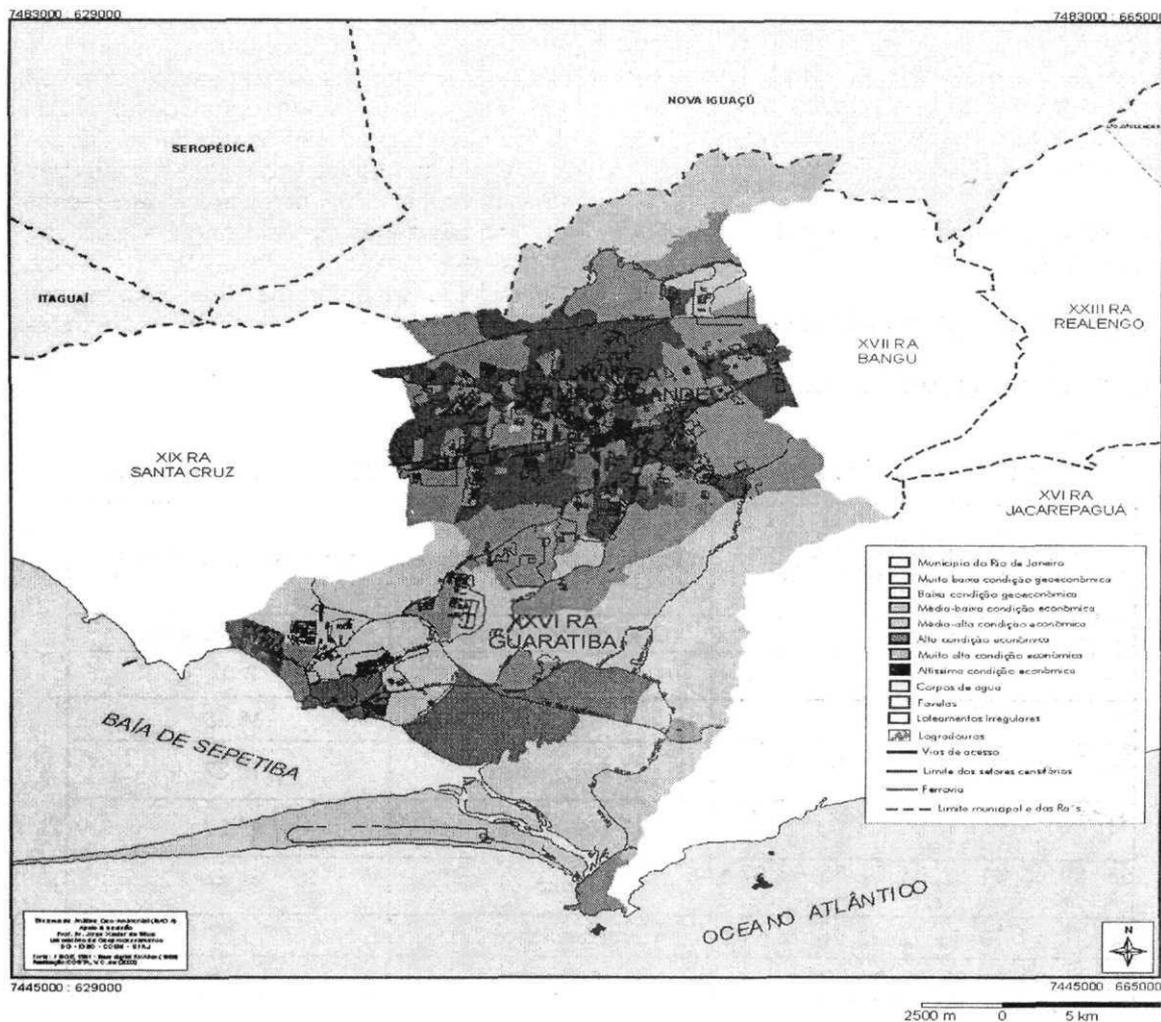


Figura 3. Condições geoeconômicas urbanas (IQU) das RA'S de Campo Grande e Guaratiba-RJ.

constantes riscos de inundações. A degradação da cobertura vegetal na sub-bacia do Rio Portinho, especialmente nas cabeceiras de drenagem, tende a propiciar o aumento das taxas de erosão e assoreamento a jusante. Como resultado dessa situação, observa-se, constantemente, a remoção das dunas litorâneas, devastação dos manguezais, destruição do manto superficial dos solos marinhos, lançamento de dejetos orgânicos e inorgânicos nos cursos fluviais, nas

lagoas e nas praias.

As notas alta (nota 66) e altíssima (nota 81), correspondem a áreas mais bem equipadas com saneamento básico, próximas a estabelecimentos comerciais e a transportes, facilitando um índice elevado de IQU. É o caso do subcentro de Pedra de Guaratiba e do Centro de Treinamento do Exército (CETex), respectivamente. Há que se atentar para o fato de que a franja costeira de Guaratiba é

a que mais sofre com os graves problemas da falta de planejamento urbano, pois não vem sendo contemplada pelo governo com ações urbanísticas e saneadores, como as outras áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro.

Áreas de potencial turístico das duas RAS (Figura 4)

a) XVIII R.A. de Campo Grande

As áreas de médio potencial para atividades

turísticas (Quadro 3), são aquelas próximas à rede viária, onde existe uma certa facilidade de locomoção da população às áreas dos Parques (Unidades de Conservação), proporcionando acesso às atividades ligadas ao lazer e ao turismo ecológico. A população dessas áreas ainda desenvolve, em alguns pontos, atividades ligadas a agro-silvicultura, o que faz com que apresentem um médio potencial turístico, em manchas isoladas dos dois maciços (Pedra Branca e Gericinó-Mendanha).

Quadro 1. Participação das condições geoeconômicas urbanas da RA de Campo Grande

PARÂMETROS DO IQU (RA DE CAMPO GRANDE)	Participação das Condições Geoeconômicas Urbanas	
	Notas	Grau de Contribuição
14	Muito baixo	8,02
33 e 34	Baixo	18,36
36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46	Médio-baixo	16,37
47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57	Médio-alto	21,07
58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67 e 68	Alto	31,55
69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78 e 79	Muito-alto	5,25
80, 81, 82, 83, 90 e 91	Altíssimo	1,15

Quadro 2. Participação das condições geoeconômicas urbanas da RA de Guaratiba

PARÂMETROS DO IQU (RA DE CAMPO GRANDE)	Participação das Condições Geoeconômicas Urbanas	
	Notas	Grau de Contribuição
14, 18, 20, 22 e 24	Muito baixo	30,30
25, 26, 27, 28, 32, 33, 34 e 35	Baixo	40,11
36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 e 46	Médio-baixo	13,60
48, 50, 53, 54, 55 e 57	Médio-alto	15,95
66	Alto	0,02
81	Altíssimo	0,03

São áreas de difícil acesso, cujas condições naturais são limitantes, o que dificulta, de certa forma, a ocupação, principalmente nas encostas de maior declividade. Esses locais também se situam nas porções centrais dos maciços e nas encostas elevadas (acima de 300 m), de forte gradiente (algumas sob forma de paredão rochoso) e próximas ao pico da Pedra Branca, distantes da malha viária. São áreas desmatadas ou cobertas por outro tipo de vegetação. Apesar de terem ocupações esparsas (observadas atra-vés de trabalhos de campo) são áreas que, de certa forma, dificultam a ocupação populacional mais intensa, a curto e médio prazo.

Devem ser implementadas atividades e programas que conduzam ao melhor aproveitamento das UCs, estimulando seu potencial para o turismo ecológico. Atividades ligadas à educação ambiental em trilhas devem ser realizadas e conduzidas por técnicos (e/ou guias) que efetivamente conheçam a realidade local (inserção das comunidades). Os visitantes, na maioria de procedência externa às áreas, acabam por se perder na mata ou não possuem conhecimento dos melhores caminhos e trilhas a serem utilizados, e que possam levar ao pico da Pedra Branca, ou às áreas mais florestadas do Gericinó-Mendanha.

Portanto, as comunidades locais (principalmente as tradicionais) devem ser transformadas em monitores e guias, pelo órgão fiscalizador das UC's citadas (Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de trabalho de educação ambiental por Organizações Não Governamentais (ONG's), dentro do contexto de gestão participativa.

As áreas de médio a alto potencial para atividades turísticas, são aquelas cujos setores censitários apresentam-se distribuídos ao

longo da linha férrea e das vias principais de acesso à RA de Campo Grande. São núcleos urbanos mais consolidados, antigos e regulares, que surgiram há algumas décadas e foram recebendo infraestrutura adequada, além do desenvolvimento de serviços (escolas, hospitais e comércio) próximos e bem equipados, o que conduziu ao aumento do padrão de vida de seus moradores (IQU elevado). Algumas dessas áreas estão ao redor de pontos de atrativos turísticos ligados ao comércio (lazer peri-urbano, ou seja, nas áreas de periferia dos centros urbanos) e de importância arquitetônica e histórica (igrejas) para o local. Estendem-se por algumas vias secundárias próximas ao maciço da Pedra Branca, que facilitam o acesso às áreas de potencial agrícola e de lazer ainda existentes em sítios e haras próximos. Congrega-se também uma população de alto poder aquisitivo (alta renda) e equipamento urbano adequado, tais como: saneamento, educação, lazer e habitação. Além disso, possui vias de acesso em bom estado de conservação, sem ter uma ocupação desordenada.

O local que aparece como baixo IQU, situa-se na represa dos Caboclos no rio da Prata (dentro do PEPB), onde a ocupação é mínima. Este local é de alto potencial turístico, devendo ser respeitada sua função de proteção aos mananciais e de preservação ambiental. Muitos banhistas de fim-de-semana vão para este local. Porém, costumam exercer atividades predatórias e não respeitam as placas indicativas, colocadas pela CEDAE. Além das áreas de matas preservadas do maciço do Gericinó-Mendanha. No entanto, é preciso ter cuidado com o avanço da ocupação desordenada (favelas e loteamentos irregulares) que vem crescendo em sua direção. Há que se ter controle das mesmas e se desenvolver atividades associativas com seus moradores, que os beneficiem economicamente e melhorem a qualidade de vida.

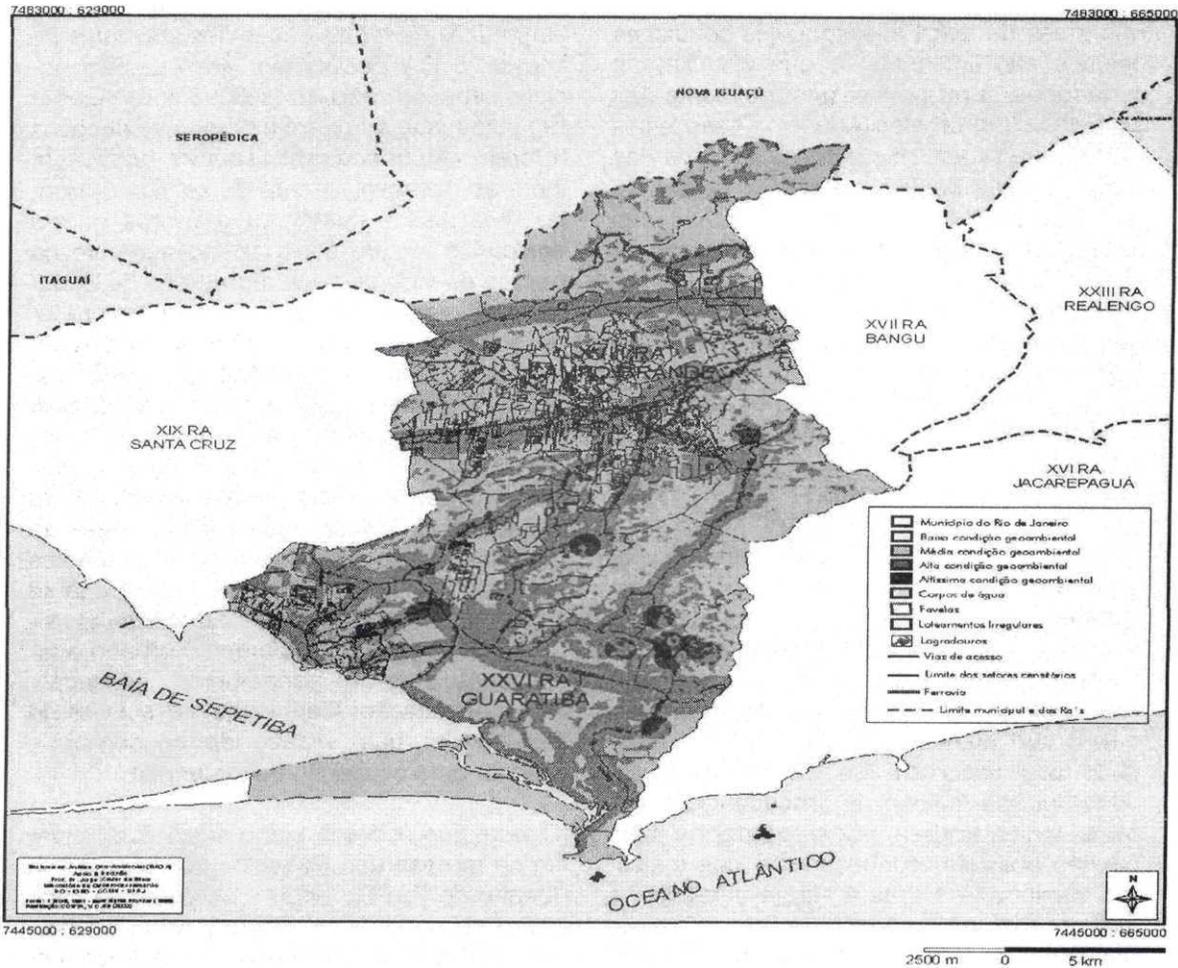


Figura 4. Áreas de potencial turístico das duas RAs.

Quadro 3. Classificação Final do Potencial Turístico da RA de Campo Grande

Notas	Condição Geoeconômica Urbana (IQU)	Condição Geoambiental e Turística
0, 1 e 2	Baixo-média	Baixa
3, 4, 5 e 6	Alto/Muito alta	Baixa
8, 9 e 10	Baixo-média	Média
11, 12, 13 e 14	Alto/Muito alta	Média
16 e 24	Muito baixa	Alta
19, 20, 21 e 22	Alto/Muito alta	Alta

b) XXVI R.A. de Guaratiba

Nas áreas de IQU baixo-médio (Quadro 4), a população vem ocupando manguezais (degradados), rios e as principais vias de acesso com loteamentos irregulares e favelas de baixa renda. Paralelamente, também são locais de atividades agro-silvi-pastoris e de turismo de lazer e peri-urbano. Destacam-se aí também, sítios que vêm desenvolvendo floriculturas, em especial, nas baixas e médias encostas do maciço da Pedra Branca. Esses locais são atrativos de médio porte para turistas interessados em conhecer aspectos rurais, de certa forma, ainda presentes nesses antigos territórios agrícolas.

As áreas do manguezal e da restinga, também têm potencial a ser desenvolvido para o turismo ecológico, o que já vem despondo na região, com o "turismo litorâneo", pois suas belezas naturais são evidentes e desenvolvem a especulação imobiliária de casas de veraneio (segunda residência). A pesca oceânica é muito praticada, inclusive com as comunidades de pescadores que procuram tirar renda adicional com esta atividade, atraindo passeios com os turistas. Porém, a atividade pesqueira, assim como a balneabilidade das praias, vêm sendo prejudicadas pela poluição dos recursos hídricos e costeiros, provocada pelo incipiente tratamento de esgoto das subestações e pelo aumento no aporte de esgotos (resíduos sólidos e líquidos) trazidos por manilhas e tubulações ilegalmente construídos, próximos aos recursos fluviais. Apesar disso, os restaurantes também são atrativos ao longo da estrada da Barra de Guaratiba, o que confere a área, um "turismo gastronômico" dos mais fortes, mesmo com o IQU baixo (pela ocupação desordenada no local).

As áreas de alto IQU estão localizadas próximas às vias principais de acesso (avenidas e ruas que levam aos centros urbanos).

Possuem atrativos turísticos que atraem uma classe de renda média-alta, traduzidos em áreas de lazer e entretenimento (haras e clubes eqüestres), além de visitantes locais e até estrangeiros. Nessas áreas pode-se desenvolver atividades ligadas ao "turismo de elite", pois apresentam condições de infraestrutura urbana, aliada a uma ruralidade ainda presente, que impõe um certo ar bucólico, sendo aproveitada pelos empresários e proprietários de sítios de lazer do local. Apresentam, também locais de interesse histórico/cultural arquitetônico, como as Igrejas na orla de Pedra de Guaratiba.

Algumas áreas de florestas do maciço da Pedra Branca apresentam alto potencial para o ecoturismo (Floresta do Rio da Prata, dentro do PEPB), mas que já vem sofrendo pressão antrópica como desmatamentos e ocupação em seu entorno.

Outras áreas de alto potencial são as que já possuem atividades turísticas consolidadas e população de alto poder aquisitivo a elas associadas. Como exemplo, temos: Haras Hode Lua, as Igrejas da Matriz (em Guaratiba), Nossa Sra. do Desterro de Pedra de Guaratiba, a praia da Venda Grande e o Manguezal da Praia da Brisa. Além disso, existem os restaurantes nas proximidades da estrada da Barra de Guaratiba e da estrada Velha da Barra de Guaratiba, a exemplo do Restaurante Alambique Maxicana. São pontos de muita visitação, inclusive de estrangeiros. São locais, onde o turismo deve ser fomentado de forma controlada, no sentido de conter o processo de degradação (a exemplo do sistema de esgoto inadequado para as áreas de praia e mangue) e ocupações irregulares, que estão avançando para áreas de vegetação de mangue e margens de rios. Se o processo não for contido, a área pode transformar-se em baixo potencial para o turismo.

As áreas de altíssimo potencial são locais

Quadro 4. Classificação Final do Potencial Turístico da RA de Guaratiba

Notas	Condição Geoeconômica Urbana (IQU)	Condição Geoambiental e Turística
0, 1 e 2	Baixo-média	Baixa
3, 4 e 5	Alta/Muito alta	Baixo
8, 9 e 10	Baixo-média	Média
11, 12 e 13	Alta/Muito alta	Média
16, 17 e 18	Baixo-média	Alta
19 e 21	Alta/Muito alta	Alta
24, 25 e 26	Baixo-média	Altíssima
27	Médio-alta	Altíssima

que, no entanto, possuem baixo IQU, pois existem ocupações desordenadas em seu entorno (favelas), principalmente próximas às áreas de haras e de floresta (morro do Cabuçu no PEPB), que são muito exploradas para o ecoturismo e cavalgadas ecológicas pelos haras. Outro local onde se destacou por um altíssimo potencial turístico é o Sítio Burle Marx, local muito visitado na região, tanto por brasileiros como estrangeiros, mas que apresenta IQU baixo-médio, pela rarefeita ocupação antrópica.

Devem ser implementados trabalhos de educação ambiental e de melhoria na infraestrutura urbana das comunidades próximas para que estas desenvolvam o potencial da área. Algumas já desenvolvem atividades de floricultura e venda de produtos agrícolas (alguns sítios com hortos e produtos de subsistência) e produtos naturais ou próprios de área rural, tais como: mel, própolis e hortifrutigranjeiros (presença de granjas e apiários). Essa ruralidade deve ser preservada no local, e novas atividades ligadas ao turismo agro-comercial devem ser fomentadas.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do potencial turístico mostrou diferenças significativas entre as RAs de Campo Grande e Guaratiba, não apenas

com relação aos seus níveis de potencialidade, mas também quanto à natureza das atividades a serem implementadas de forma a aproveitar todo o seu potencial.

Na RA de Campo Grande, a maior expressão territorial do turismo se dá em pontos específicos e reduzidos, onde já existe alguma atividade consolidada, basicamente de natureza peri-urbana. Estão localizadas próximas ao centro do bairro de Campo Grande e se caracterizam pela mesclagem de atividades, voltadas para o turismo comercial e o turismo histórico-cultural, direcionadas à população local com renda média e alta. Entretanto, a maior potencialidade da RA situa-se nas encostas do maciço da Pedra Branca e Gericinó-Mendanha. Nelas, a presença de atrativos naturais, como as florestas e rios, permitem que sejam implementados, o turismo rural e o ecoturismo controlado, praticamente inexplorados, abrangendo as duas RA's.

Por sua vez, a RA de Guaratiba, não somente apresenta atividades turísticas consolidadas e diversificadas, como também, espacialmente distribuídas por toda sua extensão costeira e nas encostas do maciço da Pedra Branca. Praticamente todas as modalidades de turismo são encontradas, embora muitas delas pouco planejadas, a

exemplo do ecoturismo e do turismo rural. Basicamente o turismo rural encontra-se mais estruturado e desenvolvido em propriedades particulares (principalmente, clubes eqüestres) nas áreas de baixada e que são aproveitadas somente pela população de alta renda (alto IQU), mas excluindo as populações de baixa renda. São populações, muitas vezes organizadas em associações de moradores (a exemplo das situadas em Pedra e Barra de Guaratiba) e ONG's (tais como, o *Movimento de Cidadania pelas Águas do Rio da Prata*), que, apesar de carentes, se dispõem a participar de projetos de educação ambiental e de formação, capacitação de monitores ambientais e guias turísticos. Paralelamente, são locais que requerem melhorias nas condições sanitárias e de balneabilidade, como condição básica à transformação dessas áreas em reais pólos de atração turística.

Não é suficiente, apenas, definir a necessidade de se desenvolver o turismo numa determinada área, como muitos especialistas vêm fazendo, mas sim entender as transformações espaciais que tais atividades podem desencadear, a curto, médio e longo prazos. Cabe, assim, aos geógrafos analisar a reorganização espacial, a partir da introdução e intervenção de novas atividades sobre os componentes físico-bióticos e sócio-econômicos, a exemplo do turismo, procurando, acima de tudo, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e do meio ambiente local. Ainda temos tempo para usar o que resta de maneira correta e de forma sustentável, permitindo que o mundo futuro conheça as belezas naturais existentes e desfrutem do bem estar e de qualidade de vida, através de programas e projetos ecoturísticos controlados e adequados.

AGRADECIMENTOS:

À Profa. Dra. Nadja Maria Castilho da Costa

(UERJ) pela revisão do presente artigo. Ao apoio financeiro da FUJB (Fundação Universitária José Bonifácio), CNPq e a FAPERJ pela concessão da bolsa de mestrado "Nota 10", por ocasião da realização da tese de mestrado.

NOTAS

¹ As Áreas de Planejamento foram conceituadas pelo Plano Urbanístico Básico de 1976, com o objetivo de identificar as características homogêneas que orientassem grandes subdivisões do espaço geográfico.

² Foram adquiridos arquivos de microdados do Censo Demográfico de 1991, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Eles foram necessários à etapa de tabulação, em arquivos no software Excel, para posterior utilização (link) na base cartográfica do município do Rio de Janeiro (dividida em Bairros e Setores Censitários), realizada pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ de 1996, através do software ARCVIEW - GIS.

³ Foi feita a avaliação ambiental utilizando o módulo "análise ambiental" do SAGA Windows, desenvolvido e cedido pelo LAGEOP, coordenado pelo Prof. Dr. Jorge Xavier da Silva, do Dept^o de Geografia da UFRJ.

⁴ Sendo que deste total, 30 250 ha perfazem a área total das RA's de Campo Grande e Guaratiba.

⁵ O uso industrial da zona oeste é caracterizado pela criação de ZUPIs (Zona de Uso Predominantemente Industrial), definidas pela portaria N°. 176/3 do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que regulamentou a Lei Estadual N°. 466. Na região de Campo Grande há 3 (três) ZUPIs: Campo Grande, Palmares e Inhoaíba.

REFERÊNCIAS

Costa, V. C. da (2002), *O potencial do ecoturismo nas Regiões Administrativas (RAs) de Campo Grande e Guaratiba-RJ*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG).UFRJ, Rio de Janeiro.

- 📖 Fiocruz (1996), *Mapa digital do Município do Rio de Janeiro*, Fundação Instituto Oswaldo Cruz, Base digital (CD-ROM).
- 📖 FJP/IPEA (1998), *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida*, Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Publicação interna. <http://www.ipea.gov.br>. Acesso e download pela home-page realizados em maio de 2001.
- 📖 Gerardi, L. H. O. y B. C. N. Silva (1981), *Quantificação em Geografia*, Ed. Difel, São Paulo, Brasil.
- 📖 IBGE (1991), *Censo demográfico*, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Base digital (CD-ROM).
- 📖 IBGE (1996), *Censo demográfico*, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, <http://www.ibge.gov.br>. Acesso e download pela home-page realizados em julho de 2001.
- 📖 IBGE (2002), *Censo demográfico*, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, <http://www.ibge.gov.br>. Acesso e download pela home-page realizados em janeiro de 2002.
- 📖 IPLANRIO (1997), *Favelas cariocas: índice de qualidade urbana*, Rio de Janeiro: Iplanrio (Instituto de Planejamento Municipal), Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Coleção Estudos da Cidade, Brasil.
- 📖 SMU (1993), *Plano diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro*, Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Brasil.
- 📖 Xavier da Silva, J. (2001), "Geoprocessamento e análise ambiental", Cap. 11, *Sistemas Geográficos de Informação: uma metodologia*. Rio de Janeiro, Edição do autor, Rio de Janeiro, RJ, pp. 165-198.